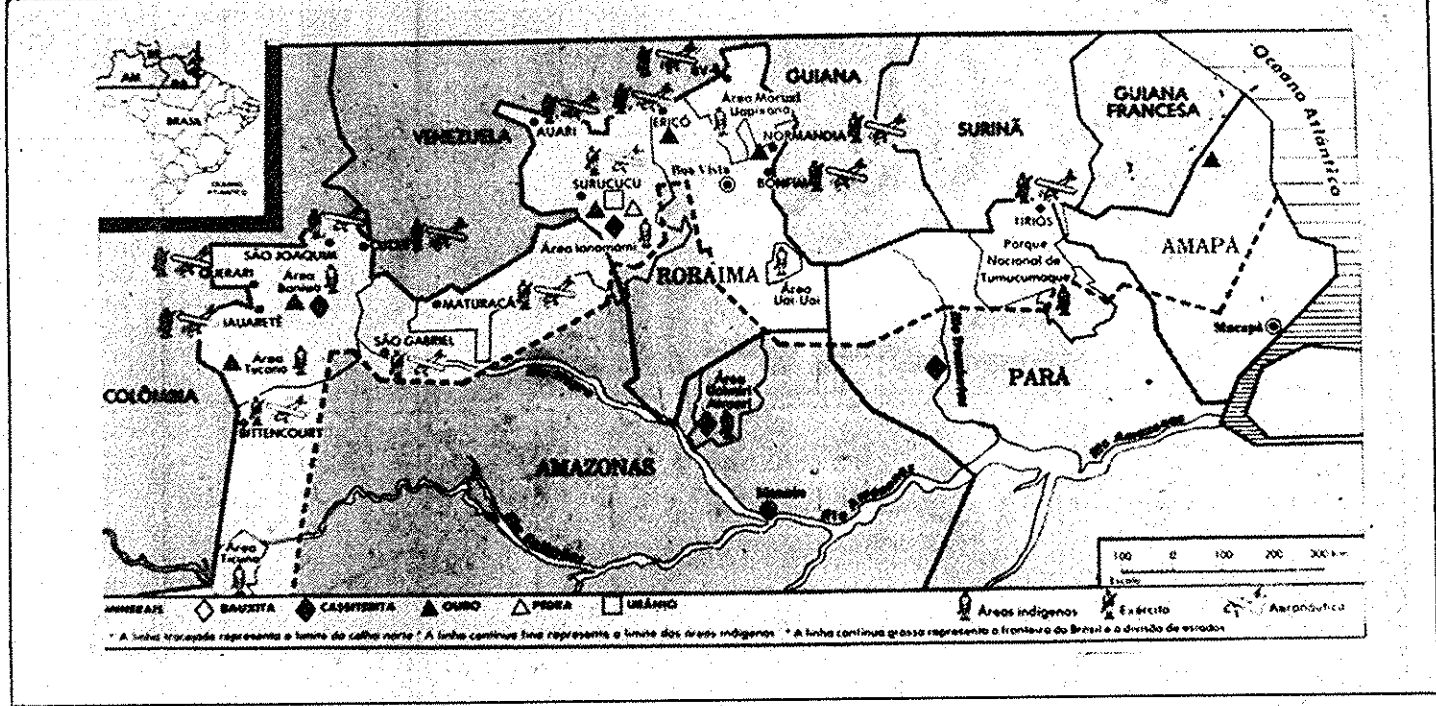


Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal de Santa Catarina* Class.: 58
 Data: 28 de junho de 1987 Pg.:



**CALHA NORTE,
 SEGURANÇA
 OU
 AMEAÇA**



Projeto canalha

A Constituinte está aí. E está muito preocupada, pelo que parece, em resolver a situação do índio. Mas a prática do genocídio prossegue. O projeto militar Calha Norte é o símbolo de tudo isso. E, como no passado, busca devorar as riquezas naturais existentes nas terras dos índios.

Texto de José Antônio de Souza

Querem matar o índio para garantir ao capital estrangeiro a exploração de minerais, como ouro, bauxita, cassiterita e urânio. Esse é o principal projeto da "Nova República" que, sob o pretexto de militarizar a fronteira brasileira entre Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana Francesa e República de Cooperativista da Guiana, criou o Projeto Calha Norte, sem qualquer discussão com a população. Os índios Yanomami, que habitam a região há cerca de 4 mil anos, conforme estudos desenvolvidos por pesquisadores, deverão desaparecer.

O simples contato com "civilizados" deverá desencadear uma verdadeira epidemia, provocando o extermínio de nações inteiras, porque as comunidades indígenas que ocupam a área do Projeto Calha Norte, jamais tiveram contato com outros povos. Assim, as mais banais doenças da cidade podem promover o desaparecimento dos índios, uma vez que eles não estão biologicamente preparados para resistir a essas doenças. O Projeto Calha Norte, é de natureza bélico-militar, de segurança externa e desenvolvimentista, de segurança interna. Abrange uma faixa de 6 mil e 500 quilômetros de fronteira entre Tabatinga, no Amazonas, ao Oiapoque, no Amapá, ao norte do rio Solimões e Amazonas, atingindo 14 por cento do território nacional e os cinco países limítrofes.

A filosofia do projeto não leva em consideração a população indígena que habita a região. A filosofia que o rege se enquadra à mesma utilizada em outros projetos, como Jari, Carajás, Tucuruí, Plano de Desenvolvimento da Amazônia, cujo autoritarismo é a sua marca. O descaso com as populações indígenas é comum a esse grupo de "preocupados pela preservação da fronteira e o desenvolvimento da Amazônia". Um exemplo foi a construção da Transamazônica, que exterminou milhares de

índios.

O Projeto Calha Norte, tem caráter interministerial e surgiu com base na exposição de motivos feita pelo general-de-Brigada Rubens Bayma Denys, secretário do Conselho de Defesa Nacional, em 19 de junho de 1985, justificando a militarização da região "por ser habitada por alguns índios e que havia a necessidade de aumentar a presença militar na área; construir aeroportos e casernas; demarcar definitivamente as fronteiras; redefinir uma política indígena para essa região; fazer estradas e hidrelétricas; implantar projetos econômicos e pólos de colonização". Os custos desse programa estão orçados em 628 bilhões e 892 milhões de cruzados, que serão destinados a projetos específicos a comunidades indígenas.

Dois pesos, duas medidas

A incoerência no tratamento da questão da fronteira brasileira e a participação indígena nesse processo é bastante evidente. Os índios foram importantes para garantir os limites do território brasileiro. Por exemplo, Joaquim Nabuco, em 1903, usou as sociedades indígenas como argumento principal para defesa dos nossos limites com a Guiana, destacando que o solo onde elas viviam deveria ser considerado brasileiro e que estas eram os guardas-fronteiras do País. No seu livro "Direito do Brasil", publicado em 1903, Nabuco sustenta que "os povos indígenas não representam um problema para as nossas fronteiras; eles, ao contrário, são a solução, porque defenderão os seus territórios da invasão estrangeira e protegerão a Amazônia, frente ao apocalipse ecológico". Entretanto, hoje a história mudou: os donos do Projeto Calha Norte, usam como argumento maior a falta de segurança da região, justamente pela presença dos índios, por um lado e ausência do aparato militar, por outro.

O que há por baixo do projeto...

Das terras destinadas ao índio, na Amazônia, 99 por cento não estão demarcadas. O índio não é considerado dono da terra: a União apenas concede o direito de uso do solo. O Projeto Calha Norte pretende usar esse argumento para desenvolver uma política indígena capaz de transformá-los em cidadãos. Com isso, os índios perdem o direito à terra e ela volta ao domínio da União que, por sua vez, a entrega para quem

lhe interessar. A partir da expulsão dos índios da região pelo Exército ou pela doença, aliada a uma política de demarcação das fronteiras, as reservas minerais poderão ser distribuídas às empresas, de acordo com os interesses do Ministério das Minas e Energia, abrindo condições de penetração no dinheiro internacional na área.

Por isso, o general Rubens Bayma Denys, na sua exposição de motivos, disse que na região havia apenas uns poucos mil indígenas,

mesmo sabendo que cerca de 50 mil deles estão lá, sublinhando "que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacentes a um longo trecho de 900 quilômetros da fronteira da Venezuela, país onde vive numeroso contingente da mesma etnia. Por causa dessa particularidade, organismos internacionais e sociedades preocupadas com os índios queriam fundar o estado Yanomami, pois o grupo vive na região e não está interessado com as preocupações militares dos "civilizados". Entretanto, o respeito à terra

em que os Yanomami estão fixados há mais de 4 mil anos não vem sendo objeto do projeto. A criação do estado Yanomami, iria atingir as áreas de Surucucu, Auaris e Ericó, bem como a área chamada de Cabeça de Cachorro, no Alto Rio Negro, no Amazonas. O governo ainda não se decidiu sobre a criação de um parque destinado a essa sociedade indígena.

Minério

O governo ainda não se decidiu pela criação do Estado ou do parque Yanomami, mas deve manter-se atento à exploração de minérios na região. Segundo a proposta, o Ministério das Minas e Energia deveria desenvolver uma política de extração mineral da região, dando oportunidade às empresas brasileiras. Os produtos naturais levaram o Departamento Nacional de Produção Mineral a conceder, somente no período de 1985, cerca de 537 alvarás de pesquisa mineral a empresas nacionais e multinacionais para explorar 3 milhões e meio de hectares de terras indígenas na Amazônia. Parte dessa área está situada no Projeto Calha Norte.

Os Yanomami, na verdade, são uma pedra no sapato do governo, pois moram há milhares de anos sobre verdadeiras montanhas de minério. Somente a cassiterita, a Companhia Vale do Rio Doce havia avaliado em 240 milhões de dólares. No ano de 1976, num período de 11 meses, na área destinada a 4 mil e 800 garimpeiros, 478 toneladas do minério foram retiradas em 54 pequenos aviões. Essa quantidade é considerada irrelevante, comparada ao que ainda deverá ser extraída pelo projeto. Várias entidades estão pressionando o governo a se posicionar de maneira mais clara. As informações, no entanto, ainda são controladas.

A Igreja da Amazônia disse que "causa estranheza o tratamento autoritário e sigiloso do Projeto Calha Norte". Segundo ela, este está alicerçado no binômio "Segurança/Desenvolvimento Nacional", o qual orientou todas as políticas e ações dos governos militares. Repete-se, assim, na prática, a característica do regime autoritário de marginalizar a sociedade civil, os seus legítimos representantes e o principal interessado: o povo.



Hallpap: herança autoritária.

Entidades tomam posição

O Projeto Calha Norte, após a divulgação de algumas denúncias, vem sendo repudiado por várias entidades, Igreja e grupos profissionais. A Universidade Federal de Santa Catarina também está entrando nessa briga. Por isso, iniciou, semana passada, uma discussão, envolvendo professores de Ciências Sociais, antropólogos, estudantes de História, Agronomia, Estudos Sociais e funcionários, visando à divulgação de informações sobre o projeto, bem como tomar uma posição firme contra as "atrocidades" que serão cometidas a partir de sua efetivação.

Os encontros estão sendo feitos nas dependências do Museu de Antropologia. O professor Sílvio Coelho dos Santos, disse que o projeto Calha Norte, estabelece um plano de ocupação da área norte dos rios Amazonas e Solimões. Entretanto, ignora os cerca de

50 mil nativos como seres humanos. Para Sílvio Coelho, é preciso rever uma série de conceitos, inclusive o de índio, esclarecendo que o Projeto Calha Norte trata desse assunto como se o índio fosse um residual de pessoas de origem européia ou africana. Com esse conceito, eles ficam bem à vontade para tratar a questão dos índios que ocupam a região como um problema de percurso, e que deve acabar. Essa política é comum pois a mesma prática é usada para com os negros, tentando diluir o grupo étnico no conjunto da sociedade.

Já o professor Lutz Carlos Hallpap, salientou que o projeto ainda reflete o período autoritário, pois não foi discutido pela sociedade brasileira, sequer chamada a opinar. O grupo se reúne novamente amanhã às 10:00 horas no Museu Universitário.



Noro debate amanhã